

PAISAGEM

Euler Sandeville Júnior

Arquiteto e urbanista (PUC-Camp, 1981), arte-educador (Febasp, 1983), mestre e doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (FAUUSP, 1994, 1999), pós-graduado em Ecologia (USJT, 1996). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP-PROCAM. Coordenador da área de concentração Paisagem e Ambiente. Coordenador do Laboratório Gestão e Projeto do Espaço (FAUUSP).

site: <http://www.ambiente.arq.br>

TEORIA

RESUMO

Este trabalho é uma revisão de um texto elaborado, originalmente, em 1987 (inédito, fornecido apenas como material de apoio didático a alunos), como parte de uma aproximação conceitual do campo e do objeto investigado no mestrado (1986-1993, desenvolvido com orientação da professora doutora Miranda Martinelli Magnoli, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). A revisão do texto está baseada em algumas hipóteses a serem aprofundadas, mas que já permitem colocar em questão o que é paisagem. Não se pretende uma definição. Esperamos contribuir para abordagem conceitual que preserve a enorme riqueza e complexidade da paisagem, pensada como vasto campo de significados, tensões e contradições sociais.

Palavras-chave: Paisagem, meio ambiente, natureza e paisagem, cultura e paisagem, conceito de paisagem, arquitetura da paisagem.

ABSTRACT

This work is a revision of a paper originally elaborated in 1987 (unpublished, just supplied as material of didactic support to students) as part of a conceptual approach of the field and the object investigated in the master's degree (1986-1993, developed with the orientation of the teacher Miranda Martinelli Magnoli, PhD, in Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brazil). This review is based on some hypothesis to be deepened, but that already allow to put in subject what is landscape. A definition is not intended. We hoped to contribute for conceptual approach that preserves the enormous wealth and complexity of the landscape, thought as a vast field of meanings, tensions and social contradictions.

Key words: *Landscape, environment, nature and landscape, culture and landscape, concept of landscape, landscape architecture.*

“A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” Aziz Ab’Saber (1977)

A paisagem diz respeito muito de perto ao arquiteto, mas não é fácil nos darmos conta do significado do termo e do “objeto”¹ designado em sua abrangência e complexidade. O que é fundamental para discutirmos a relação da profissão com a paisagem, que se situa muito além da mera implantação de melhores ou piores objetos construídos (edifícios, praças, jardins, mobiliário, etc.). Neste texto discutiremos a adequação do termo (paisagem) ao “objeto” de estudo (paisagem).

Segundo o *Dicionário Aurélio* (FERREIRA s/d), paisagem é um “*espaço de terreno que se abrange num lance de vista; pintura, gravura, desenho que representa uma paisagem natural ou urbana*”. O dicionário *Longman* (1998)

- (1) O termo objeto é utilizado em várias acepções muito distintas neste artigo. Uma vez que está consolidada a utilização da expressão “objeto de conhecimento”, mantemos-na. Quando empregado nesse sentido, aparecerá entre aspas, nem tanto para diferenciar de outros sentidos que o contexto explicita, mas para registrar um uso crítico desse termo consagrado, que ao mesmo tempo em que cumpre um papel na comunicação, também traz embutido um entendimento que fica sob suspeita: o de uma relação suposta direta entre objeto, objetividade e objetivo na ciência tradicional, com uma autonomia do sujeito. O termo, assim destacado, propõe que se atente a um outro problema: o de uma suposta dissociação (irreal) entre sujeito e “objeto”, e à própria natureza de unicidade que tal termo sugere (esse tipo de unicidade freqüentemente conduz a um reducionismo analítico, decompositivo de elementos e conjuntos, de ordens e classes, e não a um pensamento de síntese, de totalização dialética). O “objeto” paisagem não se centra em um mundo de objetos, mas de relações entre objetos (sociais: simbólicas, funcionais, morfológicas, culturais, etc., bem como ecológicas) e, indo mais longe, de nexos entre essas relações, e entre essas relações, objetos e sujeitos. Assim, ainda que paisagem constitua um “objeto” de natureza relacional e processual, não está nunca na catalogação dos objetos ou das relações entre objetos, pois é um conceito de síntese. Aproxima-se, um pouco, da noção de “objeto complexo”, a qual procura construir “objetos” que não são unívocos, nem passíveis de compreensão a partir de um único olhar disciplinar. O “objeto” de conhecimento paisagem, complexo, não comporta os reducionismos que essa expressão pode favorecer, e para os quais esperamos resumidamente ter alertado. A paisagem não se encontra na constituição de um mundo de objetos a serem descritos, nem nas relações entre esses objetos, nem na exclusão dos sujeitos dos objetos, mas em uma formulação de síntese mais complexa. Apenas a partir desta problematização é que o termo “objeto” pode ser lido neste artigo.

define *landscape* como “a wide view of country scenery”. Talvez essa polaridade entre espaço e sua visualidade indiquem bem a natureza do problema.

O sentido coloquial da palavra é muito forte, dificultando sua adoção como conceito, ao guardar uma necessária ambigüidade entre “espaço de terreno” (realidade geográfica) e “lance de vista” (percepção). No uso coloquial é priorizado o entendimento da paisagem como a própria imagem (figura) construída na percepção do observador. Com isso, como veremos, seu significado etimológico e conceitual pode resultar minimizado. Um segundo problema é que se torna fácil confundir essa imagem com a representação plástica de uma cena, registrada em uma pintura ou fotografia, o que acarreta, em nosso entendimento, na limitação da percepção.

No senso comum, paisagem se refere à percepção visual a distância, na qual o observador se sente fora do “objeto” contemplado, não o associando a outros fatores. Observa Metzger, 2002, p. 2: “*Em todos os casos, há sempre uma noção de amplitude, de distanciamento. A paisagem nunca está no primeiro plano, pois ela é o que se vê de longe, de um ponto alto. Sempre precisamos nos distanciar para observá-la e, de certa forma, a paisagem é o lugar onde não estamos (pois observamos), podendo até ser um ‘plano de fundo’*”². No entanto, esse sentido coloquial ficaria melhor compreendido pela palavra panorama (*pan* = tudo, *orama* = vista, espetáculo, coisa maravilhosa) ou pela palavra prospecto (olhar adiante, ver longe, lugar elevado, aspecto exterior, previdência). Bem mais amplo é o sentido etimológico da palavra paisagem, em sua derivação de *pagus*, cujo resgate esperamos que venha a contribuir para desvincular um pouco o entendimento da paisagem, exclusivamente, como forma ou visualidade. Não deixa de ser forma ou visualidade, mas não é apenas isso.

A palavra nos veio do francês, *paysage* (derivando de *pays* = país, região, território, pátria, etc.), palavra “surgida” (atestada seria melhor) nessa língua, segundo o dicionário *Robert*, em 1549 (segundo informa POLETTE, 1999), e no português nos séculos XVI e XVII: *paugage* (século XVI) e *paizagem*, em 1656 (segundo CUNHA, 1982). Neste último autor (1982, p. 572) encontramos o verbete “**país** *sm.* ‘região, território, nação’ XVII. Do fr. *pays* deriv. do b. lat. *page(n)sis*, do lat. *pagus* (V. PAGO) // **paisAGEM** / XVI, *paugagé*

(2) Também Milton Santos (2002, p.103) observa: “a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”. Note seu cuidado de mencionar configuração territorial e não espaço, já que opera a partir de uma complexa definição do que seja espaço. Se pudesse se estabelecer um acordo da paisagem como lance de vida, por que, então, esforçaríamos-nos para sua conceituação? De fato, boa parte dos estudos sobre paisagens têm como referência a configuração territorial, mas muito raramente (exceto em estudos de percepção) o lance de vista. Nas abordagens clássicas da geografia, nas mais recentes da ecologia da paisagem e na arquitetura da paisagem, o que se nota é o conceito de paisagem ultrapassa, na prática, a idéia de lance de vista. O que mais freqüentemente ocorre é uma polarização entre forma e conteúdo.

XVI, paisagem 1656 etc. / Do fr. *paysage* // **paisAG**.ISMO XX // **paisAC**.ISTA 1844. Do fr. *paysagiste* // **paisANO** / *paysano* XVII / Do fr. *paysan* // **paisEIRO** XX". Já o sufixo **agem** teria origens distintas (CUNHA, 1982), derivando do latim *ago*, *aginis*, "com as noções de estado, situação, ação, ou resultado da ação", ou do francês *age*, o qual derivou do latim *aticum*.

Tal é a questão apresentada também para a palavra inglesa *landscape*, derivada do holandês *landschap*. Segundo se lê na *Great Books Online – Encyclopedia* (Bartleby.com): "It would seem that in the word *landscape* we have an example of nature imitating art, at least insofar as sense development is concerned. *Landscape*, first recorded in 1598, was borrowed as a painters' term from Dutch during the 16th century, when Dutch artists were on the verge of becoming masters of the *landscape* genre. The Dutch word *landschap* had earlier meant simply 'region, tract of land' but had acquired the artistic sense, which it brought over into English, of 'a picture depicting scenery on land.' Interestingly, 34 years pass after the first recorded use of *landscape* in English before the word is used of a view or vista of natural scenery. This delay suggests that people were first introduced to landscapes in paintings and then saw landscapes in real life." (Disponível em: <http://www.bartleby.com/61/74/L0037400.html>). Pensamos aqui também no termo alemão *landschaft*, que "originalmente possuía um significado de constituição espacial ou ordenamento característico de uma região: a fração 'Land' como país, área, região ou território; e a fração 'Schafft' como constituição ou estabelecimento de uma ordem social" (para POLETTE, 1999, p. 86).

Como se nota, a palavra portuguesa paisagem deriva de país, que se refere não apenas ao espaço físico, mas a uma apropriação peculiar do espaço, à construção de um território e de um povo, para então se tornar, talvez, a imagem desse território. E temos, em imagem, uma outra palavra complexa (do latim *imago*, incorporada a partir do século XIII, com o mesmo sufixo *agem* encontrado em paisagem), a qual remete à idéia de forma, semelhança, aspecto, aparência. Há aqui a idéia tanto de imitação (correspondência, similitude) quanto de representação (criação, imaginação). Todas as palavras – país, paisagem, imagem – remetem a um forte conteúdo cultural, associando espaço e representação: lugar, território, cultura, imaginação. É desse universo de significação que emerge, secundariamente, o sentido de forma e aparência. Aparência de um conteúdo, a "alma do lugar" do pitoresco, da construção de um lugar social, mesmo quando a idéia de natureza se torna determinante, cuja **estetização** coloca, em primeiro plano, a forma das coisas, cujo arranjo passa a ser visto como paisagem.

Nas línguas latinas, pais (AGEM) tem origem no latim *pagus* (marco ou baliza metida na terra, território rural delimitado por marcos, distrito, aldeia, povoação). Dessa palavra derivam outras como *paganalia* (festas de aldeia),

paganicus (de aldeia, do campo, camponês, aldeão, pagão, civil, paisano). Convém mencionar que *pagus* tem raiz em *pag* (= fixar, plantar, pregar, estabelecer, convencionar), de onde também se origina a palavra *pax* (= resolver por acordo entre as partes, ausência de guerra, indulgência, favor, concórdia). No grego encontramos palavra semelhante, *pagos*, significando coisa fixa, planície, montanha.

A origem da palavra (*pagus*) implica, portanto, no conceito de território delimitado, distrito, sendo seu principal sentido o de localidade, aldeia (para campo temos a palavra *ager*: campo, terra cultivada, pomar, etc., da qual derivam agricultura e *agrestis*, isto é, dos campos, relativo aos campos, rústico, silvestre, selvagem, etc., coisas que, hoje, ninguém pensaria em não incluir na noção abrangida pela palavra paisagem). Ao que foi possível apurar, **PAISagem** se trata de uma invenção moderna³.

Valeria um aprofundamento dessa reflexão por esse viés, na medida em que, etimologicamente, a origem da palavra, no francês e no português, situa-se em torno dos séculos XVI e XVII, isto é, no período designado, habitualmente, por Renascença e barroco, de afirmação dos estados nacionais e sua expansão colonial. O simples recurso à gênese da palavra, se tem sua utilidade, revela-se insuficiente, sem uma visão histórica de como, efetivamente, sucedeu sua incorporação na língua. De qualquer modo, até esse estudo avançar, pensamos não se tratar apenas de supor uma vinculação com as artes, a qual desde cedo se estabelece (que parece explícita, sobretudo na introdução do termo em inglês), mas, ao contrário, de reconhecer **um novo olhar que se forma** no contexto de grandes transformações as quais incluem a constituição de um “novo mundo”.

Nesse caso, a palavra poderia ter surgido para designar uma nova percepção possível, ainda que logo absorvida na fruição estética que reordenava esse mundo, e a capacidade de apreciá-lo e controlá-lo. Se esse entendimento vier a confirmar-se, esse novo “objeto” ou “olhar” precisaria de uma designação, a qual se deslocaria da questão da delimitação territorial para a sensibilidade, abrindo espaço para que a pintura contribuísse para reorientação desse olhar. Uma questão a verificar, estudar melhor.

O sentido veiculado na argumentação apresentada remete claramente à territorialidade e à dimensão cultural e sensível implicada. Daí é insuficiente definir o “objeto de conhecimento” paisagem com base, exclusivamente, em sua percepção visual (a qual, para nós, ficaria melhor compreendida como panorama, prospecto). A redução da paisagem à sua mera visibilidade formal aproxima sua compreensão da idéia de pitoresco, o “pinturesco”: aquilo próprio para ser pintado, a cena (embora o pitoresco esteja muito além desse sentido). Reduzida a cenário, facilmente resvala para o decorativo, o superficial, o acessório, revelando alguns dos problemas de enfrentamento da paisagem em nossa sociedade.

É necessário distinguir, definitivamente, paisagem da representação pictórica ou figurativa da paisagem. Ou seja, aquilo que na pintura corresponde a uma representação, domínio do imaginário e uma inequívoca problemática cultural, transposto como base de entendimento para o espaço a que, simbolicamente, refere-se, conduziria a uma percepção, na maioria das vezes, estática e não-essencial. O problema maior ocorrerá quando se pretender entender e lidar com a paisagem a partir de sua estereotipação como uma figura (bidimensionalidade, rapidamente, referida a uma forma, como contrapartida de sua desmaterialização), desvinculado-a de sua natureza processual complexa, a qual ocorre e se explica a partir de processos sociais e naturais⁴.

Ao homem comum – e a cada um de nós cumpre também este papel –, na paisagem basta apreciá-la (mesmo se na posição distraída de um observador a distância), percorrê-la, **vivenciá-la**, com todos os valores implicados. Mas podemos estar caindo, novamente, naquele falso descomprometimento do olhar a distância, daí insistirmos: **paisagem, mais do que espaço observado, trata-se de espaço vivenciado, da sensibilidade das pessoas com seu entorno**⁵.

A nós, pesquisadores e profissionais, cumpre investigá-la, contribuindo para a discussão do resultado (processo) de nossas ações, dos valores implicados nessas práticas e dos modos de sua atribuição. O estudo da paisagem aponta, assim, para uma abordagem que demanda complexidade metodológica: um estudo do espaço e uma vivência (os quais consideramos fundamentais à compreensão da paisagem), a convergirem em uma discussão da cultura, sem a qual não há paisagem.

O que, de imediato, poderíamos tirar do que foi exposto? Antes de qualquer coisa, o fato de as paisagens terem significados, certos sabores característicos e culturais, que lhe são indissociáveis, e frutos da interação de múltiplos processos imbricados que a constituem como tal⁶. Postulamos que o enten-

- (3) Na abrangência mais ampla da palavra que inclui a “Idade Moderna” e “Contemporânea”, da história universal tradicional.
- (4) Obviamente, os processos naturais se inscrevem em um campo de fenômenos, enquanto os processos sociais em um campo de conflitos e tensões, de intencionalidade. Porém não vemos, ao empregar a palavra processo, nenhum dos dois pólos (sociedade-natureza) em uma perspectiva teleológica, de finalidade ou determinação necessária, tratando-se de processos abertos à indeterminação.
- (5) Estamos banindo, neste texto, a visão/representação paisagística da paisagem como cena ou pintura, pelas razões já expostas. Tal abordagem tem sua validade como discussão do imaginário sobre a paisagem, mas a paisagem, como tal, não pode ser definida pela mediação da pintura, que é outra coisa. Enfim, tratamos da paisagem como espaço, com implicações que serão expostas mais adiante.
- (6) Vale citar Coimbra (1985), embora entenda que a abordagem sistêmica da paisagem (assunto para outro texto) pode também não ser suficiente para abarcar a paisagem: segundo esse autor e conforme já temos observado, *panorama* implica um significado físico-estético (podemos lembrar que *orama* = vista, espetáculo, coisa maravilhosa), enquanto *paisagem* seria o complexo de elementos os quais compõem e configuram um lugar determinado, com estreita vinculação com a vida que nele se desenvolve, especificando-se pelo meio geográfico e seus ecossistemas (aproximando-se, aqui, das abordagens sistêmicas da geografia e da ecologia).

dimento da paisagem apenas como forma⁷ não é capaz de dotar-lhe dessa vida, arriscando convergir em um registro que não lhe toca o essencial: a natureza processual e vivencial implicada pela **idéia de paisagem**.

Aceitamos que paisagem designe a percepção (e, em particular, a visual) que um sujeito tem de um conjunto de objetos geográficos “naturais” e “antrópicos”, reconhecendo que traz implícita a questão estética. Mas isso não é suficiente! Mais importante, traz a questão da qualidade ambiental e dos processos os quais lhe dão origem. Assim, entendemos a idéia de paisagem tanto em sua materialidade quanto em sua representação. Não como uma coisa ou outra, e nem uma e outra, mas uma realidade indissociável.

Entender a paisagem em sua concretude é entendê-la como resultante da ação histórica dos homens em interação com a natureza, ou seja, como conformação em câmbio de processos naturais e humanos em um sítio (lugar, região). É, portanto, um termo complexo, a implicar em sínteses diversas, posto que a realidade designada é complexa e interativa. Como arquitetos, creio que nos interessa um conceito operativo para nossas práticas, as quais envolvem a inteligência e a organização do espaço em escalas diversas. Portanto, na percepção da paisagem (sua imagem, aspecto e significado, que é cognição), interessa-nos sua materialidade em processo e significação.

Já observava Miranda Martinelli Magnoli que paisagens são Con**FORMA**ção e con**FIGURA**ção (1994, p. 60⁸). Não apenas forma e figura (que implicaria em descrição), mas processo, interação sociedade-natureza (implica entendimento crítico). Empréstimo desses termos, paisagem é **AÇÃO**: conform**AÇÃO** e configur**AÇÃO**. O entendimento que adotamos aqui para a proposição de Miranda Martinelli é: configuração (entendemos o processo de construção de uma representação) e conformação (entendemos o processo de constituição de sua materialidade) não são “coisas” diversas, nem apenas complementares, mas a mesma e única “coisa”, criando uma enorme complexidade conceitual para sua abordagem. A concretude da paisagem seria estabelecida nessa condição de complexidade e não em sua redução a um fenômeno físico, cuja **explicação** ficaria remetida a outros campos disciplinares dos quais seria decorrência. Por isso não é possível (ou recomendável) um entendimento da paisagem que não seja processual ou se dê em um quadro autônomo da cultura⁹.

Reconhecer que a idéia paisagem remete a um arranjo formal (a “configuração territorial”) ainda é pouco, pois a natureza desse arranjo é ser dinâmica e instável, e, portanto, processual. Trata-se da passagem da falsa objetividade da descrição, na medida em que não dá conta da natureza do “objeto”, para a abstração da explicação¹⁰ (KOSIK, 1976), uma vez que permite evidenciar a natureza complexa do “objeto”. Mas é necessário reconhecer um campo subjetivo na explicação, não a entendendo como verdade, mas como uma busca. Desse modo, métodos de trabalho não apontariam para a decom-

posição de um todo (conjunto) formado por elementos ou de sistemas de interação entre objetos, mas para uma totalidade possível de apreender-se apenas em parte, que demanda abordagens de síntese, situando-se muito além de qualquer possibilidade exclusivamente disciplinar.

Encontramos, assim, um sentido inalienável de um conceito válido e operativo para paisagem, pelo menos do ponto de vista do arquiteto e urbanista, que vai além do expresso por *orama* e *specto* (olhar habitualmente, contemplar, observar atentamente, ter em vista, ter em mira, etc.) e correlatas: *species* (etimologicamente, vista de olhos, aspecto, forma, falsa aparência, espectro, formosura, espetáculo, imagem, etc.), *spectabilis* (visível, que está à vista, belo, que atrai a vista), *prospectus* (ação de olhar ao longe, vista ao longe, perspectiva, lugar elevado, aspecto exterior, previdência), *panorama* (toda visão).

É sedutor pensar que o esforço iluminista, necessário à expansão dos negócios, em escala global, a partir da conquista das colônias, de dividir o mundo em espécies as quais possibilitariam uma catalogação, classificação e hierarquização do conhecimento, embora cumprisse seu papel instrumental, conduzia também a uma quimera, a um espectro, a uma “falsa aparência”¹¹

- (7) Daí a insuficiência das abordagens exclusivamente analíticas (baseadas na decomposição e catalogação de elementos, e em sua padronização, por vezes incluindo o conceito de estrutura morfológica ou tipológica). Também as abordagens sistêmicas, embora mais complexas e dinâmicas, correm o risco de tornarem-se insuficientes, na medida em que hierarquizam e objetivam o estudo da paisagem (não raro influenciadas por um forte estruturalismo), deixando em um pano de fundo o campo de conflitos que a constitui como tal e como história. Assim, embora possamos colher contribuições importantes de abordagens desse tipo, sobretudo da segunda, fica faltando uma abordagem de síntese, mais próxima do que “seja” a paisagem.
- (8) Utilizando dois termos sugeridos em artigo de 1986 por Miranda Martinelli Magnoli, republicado em 1994, p. 60: “A essas *conFORMAções*, *conFIGURAções*, carregadas da interação social com o suporte temos denominado PAISAGENS.”
- (9) Não se pensa em uma distinção do tipo economia como infra-estrutura e cultura como superestrutura, mas se procura reconhecer a interdependência dessas instâncias da sociedade (SANTOS, Milton, 1985, relacionava como instâncias da sociedade o espaço, a cultura e a economia), que não se podem pensar como fatos independentes, mas sim, necessariamente, relacionados, de modo a encontrarmos uma imbricação entre esses pólos, os quais só se justificam pela necessidade de organizar o conhecimento.
- (10) A explicação não é uma verdade, mas sua busca contínua, maculada por uma ordem que é tanto interpretação quanto explicação. A explicação como um produto fechado, o qual se almeja, é, hoje, inaceitável. Tampouco decorre de um domínio conceitual do pesquisador sobre seu objeto, mas de uma interação complexa em que ambos são construídos (reconstruídos), o que implica em uma dimensão criativa, intuitiva e imaginativa no processo de conhecimento em sua busca, por meio do método e do conceito, de uma pretendida objetividade, sabida insuficiente. Razão que reforça para nós a importância do debate cultural sobre o conhecimento pretendido, dos vínculos de sua elaboração, dos limites de sua finalidade social. Esse é o campo político ao qual todo estudo de paisagem remete, mesmo quando não o explora.
- (11) Talvez não seja possível definir uma aparência verdadeira do mundo, como foi pretendido desde o iluminismo e o positivismo, razão pela qual uma falsa aparência não implica, por antítese, na possibilidade de uma verdadeira aparência. O que se pode é discutir a relevância e implicação dessas aparências, e, no caso questionado aqui, dessa organização pela “espécie”, para dar conta do mundo. Trata-se, portanto, de inserir a paisagem em uma perspectiva de toda discussão e todo conhecimento como uma discussão e transformação da cultura.

(*species*) do mundo assim organizado, condenando as gerações seguintes a mergulharem, insaciavelmente, na reconstrução da imagem sempre tosca desse mundo assim organizado. Do mesmo modo, o *prospecto* como uma visão a distância, na sociedade industrial, tornou-se a exteriorização própria da publicidade, deixando margem para se questionar se nossas abordagens da paisagem ultrapassam a dimensão de um *prospecto* do espaço, uma exterioridade, uma publicidade, no sentido de um anúncio o qual a promete, mas não a desvenda.

Simplificação que torna mais fácil o mundo, em uma sociedade utilitarista e imediata, tornando também menos complexa a projeção, essa antevisão do que vai ser. Este último termo de grande interesse ao arquiteto, que, associando projeção ao sentido de *desígnio*, ato criativo e volitivo, tornaria o projeto mais simples e livre de questionamentos e indagações. Porém, essa convergência acaba por revelar suas limitações e demanda que se reinsira o projeto em um contexto social complexo, no qual não é a única projeção possível e necessária.

Portanto, para um conceito válido de paisagem, além dos aspectos visuais e perceptivos, precisamos incluir o sentido de lugar e de territorialidade, da vida (considerada como experiência e não apenas como sistema) no território. O que torna a paisagem um fato cultural e social: *“A paisagem, portanto, deve ser considerada como objeto de apropriação estética, sensorial. Conseqüentemente, não se pode negar que ela tenha uma natureza objetiva, que seja um objeto. É, sem dúvida, uma forma, mas não se define por esse caminho. É material, real, que se dá à percepção. Porém, considerá-la antes de mais nada como objeto (portanto um dado, um a priori) é ainda permanecer num horizonte restrito, que não seria suficiente para dar conta de todas as dimensões do fenômeno. A coisa percebida e sua representação (conceitual, visual, verbal etc.) existem simultaneamente e simbioticamente.”* (MENEZES, 2002, p. 32). Não se entenda a apropriação estética mencionada pelo autor como uma estetização da paisagem, coisa bem diversa e que questionamos. Entendemos outra e mais complexa a proposição de Ulpiano Menezes, no artigo em questão. Reconhecer a dimensão estética (sensorial, sensível) da paisagem parece-nos, conceitualmente, indispensável – do que tratamos, também, em outro texto (SANDEVILLE JR., 2004, inédito).

Mas precisamos avançar nessa discussão. *“No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de naturalização da natureza, dando a esta última um valor.”* (SANTOS, 2002, p. 65). Se aceitarmos a distinção de Milton Santos entre coisas e objetos, como uma

passagem do domínio da natureza para o domínio da cultura, como propõe o autor, a paisagem só pode ser entendida como objeto e não como coisa. Porém, entender a paisagem como objeto, se já é um avanço notável quando consideramos objetos produtos da técnica, é ainda insuficiente, como observava Menezes acima, na medida em que a estética (no sentido etimológico de estese¹²) não fica ainda contemplada.

Por essa mesma razão e conforme os argumentos deste texto, teríamos um pouco de dificuldade em adotar o conceito de paisagem, postulado por Milton Santos: *“Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. A palavra paisagem é freqüentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. (...) A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. (...) Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos.”* (SANTOS, 2002, p. 103). Propõe (SANTOS, 2002, p. 106), como imagem da diferença entre espaço e paisagem, a explosão da bomba de nêutrons (que aniquilaria a vida humana, mas preservaria as construções): na véspera da explosão haveria o espaço, depois seria a paisagem (embora pouco adiante observe que *“Considerada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social”*) (SANTOS, 2002, p. 108).

Mas esse produto da bomba metafórica seria realmente ainda paisagem, ou seria novamente natureza? Simon Schama (1996) observa que a natureza não se designa, a si mesma, como tal, são os humanos que o fazem. Ampliamos esse sentido ao entender que *“Assim, uma árvore não se chama de árvore, nós o fazemos. Sem designação é um objeto ou coisa da natureza, como uma sala numa escola: caso desapareçam os humanos, deixará de ser sala para ser apenas um objeto físico. A designação da árvore como árvore e da sala como sala é cultura”* (SANDEVILLE JR., 2004).

A paisagem da “bomba de nêutrons”, como o exemplo da sala, ainda que uma elaboração da técnica, com a supressão dos humanos seria reintroduzida no universo da natureza: sem ação social, o objeto técnico deixaria de ser objeto para ser coisa, usando os termos acima propostos. Como a sala que deixaria de ser sala, a paisagem deixaria de ser paisagem. Aliás, a dimensão

(12) Segundo Cunha (1982, p. 330): *“- estes(ia) elem. comp. Do gr. Aisthesía ‘sensação, percepção’, que se documenta em vocábulos eruditos, alguns formados no próprio grego, como anestesia, e em vários outros introduzidos na linguagem científica internacional, como alestesia, hipoestesia, etc.”*

técnica da paisagem contemporânea só reforça essa questão. Nesse sentido, o conceito de espaço de Milton Santos e o de paisagem se sobrepõem para nós, nas escalas nas quais for possível falar de paisagem. Evitaríamos, se não operacionalmente, qualquer naturalização da paisagem¹³ (pois, na melhor das hipóteses, reconduziria à clássica dicotomia entre geografia física e humana), preferindo entender a paisagem como espaço – o que a coloca para além do objeto e da coisa –, no âmbito dos sistemas de objetos e de ações, tal Milton Santos concebe o espaço geográfico. Nesse sentido, torna-se indispensável a superação da dicotomia entre objeto e cultura no estudo das paisagens.

Não almejamos, entretanto, uma definição de paisagem, a não ser uma conceituação aberta e complexa. Queremos evitar que se reduza, arbitrariamente, o significado do termo, o que estabeleceria uma percepção viciada e superficial (no sentido do não-essencial, do que não é vital) do “objeto”. Enfatizamos que a paisagem, como conformafigura**AÇÃO**, é objeto geográfico e percebido, mas objeto-ação: em processo, dinâmico e significativo. De modo que, antes de ser uma forma ou figura, é um fato social, a demandar sempre um posicionamento no debate da cultura e da política. A paisagem é instável, um permanente vir a ser¹⁴, e permanência em transformação. Do sugerido aqui, a questão da forma subordina-se a dos processos, que se definem em um campo social e natural relacionado.

Estudar a paisagem é, nesse entendimento, estabelecer uma discussão da cultura, de implicações políticas, ou não a perceber como paisagem. Sociedades organizam o território em função de suas necessidades e valores, definindo suas condições de existência. Discutir a paisagem é discutir como nos vimos, como nos vemos, como gostaríamos de ser vistos. É reconhecer, antecipadamente, como seremos vistos como sociedade. Nesse sentido, **por vezes, a paisagem incomoda** (e muito): evidencia nossas práticas para além dos discursos que a camuflam, questiona valores correntes, aponta para um desejo possível de mudança – o que nos proporciona alguma esperança e faz brotar um sentimento de urgência.

(13) O que é uma operação diferente de reconhecer a natureza na paisagem, mesmo que entendamos natureza como domínio ou construção da cultura (SANDEVILLE JR., 1999).

(14) Também aqui não vemos um sentido determinístico, teleológico, nesse vir a ser. Embora as condições desse vir a ser estejam presentes, não são determinantes. Ou seja, a paisagem que será é indeterminada nesse contínuo vir a ser. Não se exclui daqui a existência de projetos-desígnios contraditórios (o que se considera, seria impossível para a natureza, pois não se vê nela razão científica a existência de vontade), colocando, de fato, a discussão da paisagem em um campo político e ideológico inevitavelmente.

Bibliografia

- AB'SABER, Aziz Nacib. Potencialidades paisagísticas brasileiras. *Boletim Geomorfologia*, São Paulo, Inst. de Geografia da USP, n. 55, 1977.
- COIMBRA, J. A. A. *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo: Cetesb, 1985.
- CUNHA, A. G. de. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 7. impr.
- FERREIRA, A. G. *Dicionário português-latim*. Porto: Porto Editora, 1985.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LONGMAN DICTIONARY OF ENGLISH LANGUAGE AND CULTURE. Edimburgo: Longman, 1998.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Ambiente, espaços, paisagem. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Edição especial números 1 e 2.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- METZGER, Jean Paul. *O que é ecologia de paisagens?* Disponível em: <http://www.biotropica.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2002.
- POLETTE, Marcus. Paisagem: Uma reflexão sobre um amplo conceito. *Turismo – Visão e ação*, ano 2, n. 3, p. 83-94, abr./set. 1999.
- SANDEVILLE JR., Euler. *A herança da paisagem*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- _____. *As sombras da floresta. Vegetação, paisagem e cultura no Brasil*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.
- _____. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. *Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa>, 2004.
- _____. *Paisagens são experiências compartilhadas*. São Paulo, 2004, inédito.
- SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TORRINHA, F. *Dicionário latino-português*. 3. ed. Porto: Gráficos Reunidos, s/d.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Eugênio Queiroga, pela leitura atenta e minuciosa deste trabalho.